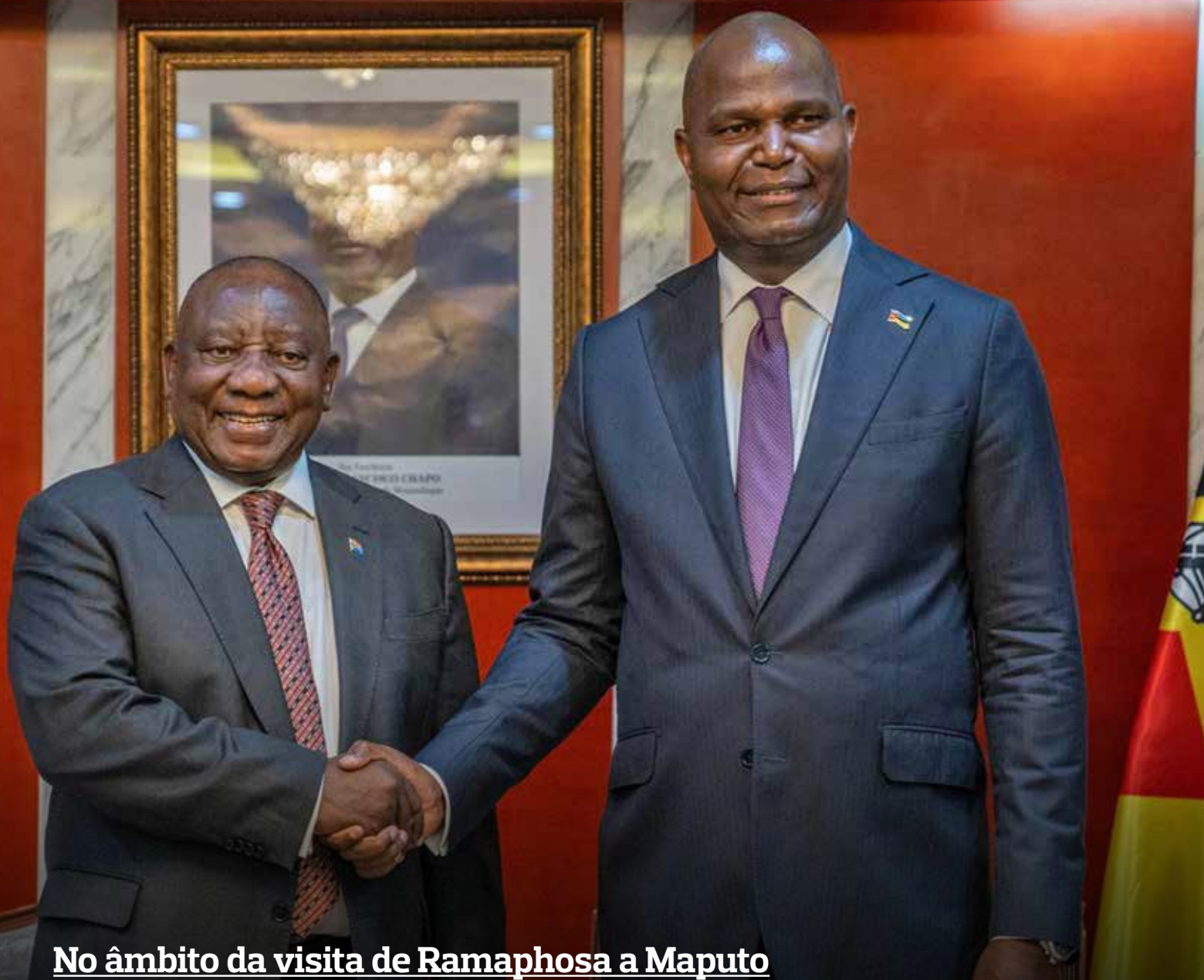




Moçambique

Director: MENDES JOSÉ MUTENDA • Nº 572 • Quarta-feira, 03 de Dezembro de 2025 • www.portaldogoverno.gov.mz • DISTRIBUIÇÃO GRATUITA



No âmbito da visita de Ramaphosa a Maputo

CHAPO DIZ QUE ENCONTRO MARCA NOVA ETAPA NO REFORÇO DA COOPERAÇÃO BILATERAL

- Os dois governos ambicionam aprofundar as relações diplomáticas
- Moçambique e RAS buscam novos patamares de desenvolvimento partilhado

Reconstrução de infra-estruturas destruídas por ciclones e manifestações

GOVERNO PRECISA DE 35,1 MIL MILHÕES DE METICAIS



O governo está empenhado em garantir os serviços básicos

O Executivo anunciou que Moçambique necessita de um investimento estimado em 35,1 mil milhões de meticaís para responder aos danos provocados por ciclones e manifestações violentas registadas entre 2019 e 2025. O porta-voz do Governo, Inocêncio Impissa, explicou que o levantamento consolidado revela impactos profundos, sobretudo na Zambézia e Nampula, e assegurou que o país já está a mobilizar fundos para repor a normalidade da vida das populações.

Os resultados desta avaliação nacional foram apresentados pelo porta-voz do Governo, Inocêncio Impissa, esta terça-feira, 02 de Novembro, na 41.^a

Sessão Ordinária do Conselho, em Maputo.

Estes resultados mostram um cenário abrangente, complexo e exigente para os próximos meses, tanto em matéria de reconstrução de infra-estruturas públicas como de reforço institucional.

Segundo o porta-voz Inocêncio Impissa, foram identificadas 705 infra-estruturas afectadas, das quais 257 destruídas por fenómenos climáticos e 448 resultantes de actos violentos registados entre 2024 e 2025. As províncias da Zambézia e de Nampula, concentram a maior parte dos danos, num total que representa uma pressão significativa sobre a capacidade financeira e operacional do Estado.

Impissa revelou que o prejuízo global está avaliado em 27,4 mil milhões de meticaís, enquanto as necessidades de reconstrução ascendem a 35,1 mil milhões de meticaís. Este valor constitui, segundo disse, a referência principal para as acções de curto e médio prazo que o Estado deverá implementar no restabelecimento de escolas, centros de saúde, vias de acesso, sistemas de abastecimento de água, edifícios administrativos e outras infra-estruturas essenciais.

O porta-voz sublinhou que o Executivo está empenhado em garantir que as populações afectadas recuperem o acesso aos serviços básicos e retomem a normalidade das suas vidas com a maior cele-

ridade possível.

No evento, Impissa explicou que a avaliação conclui que os efeitos dos ciclones e manifestações foram extensos em praticamente todos os sectores sociais e económicos. Muitas das infra-estruturas destruídas desempenham funções centrais na prestação de serviços públicos, como escolas que acolhem milhares de alunos; unidades sanitárias que garantem atendimento diário; sistemas de água que abastecem comunidades inteiras e edifícios administrativos que suportam a gestão e o atendimento ao cidadão. Para o Governo, restaurar estes serviços não é apenas uma questão de reconstrução física, mas também de recuperação da con-

fiança pública e uma nova estabilidade local.

O porta-voz detalhou que a acção governamental seguirá três orientações principais, desde a mobilização de recursos, restabelecimento rápido dos serviços essenciais e redução das vulnerabilidades através de modelos de construção mais resilientes.

Embora o impacto dos fenómenos climáticos seja recorrente, Impissa sublinhou que a violência verificada em alguns pontos do país nos últimos dois anos agravou significativamente o quadro global de destruição. Esse cenário exige intervenções simultâneas nas áreas de infraestrutura, segurança,

administração pública e apoio social.

Impissa destacou que o Estado não pode permitir que escolas permaneçam fechadas, que centros de saúde funcionem sem condições ou que populações vulneráveis fiquem sem apoio institucional. Afirmou ainda que objectivo é assegurar respostas práticas e imediatas, sem perder de vista a necessidade de reforçar a resiliência das infra-estruturas para reduzir riscos futuros. Para tal, o Governo considera fundamental integrar padrões modernos de engenharia, mecanismos de prevenção e critérios de adaptação climática nos novos projectos de reconstrução.



O Estado não pode permitir que escolas permaneçam fechadas

REFORMAS FISCAIS E CONTROLO DAS TRANSAÇÕES ELECTRÓNICAS



O país tem assistido um crescimento acelerado em transacções digitais

A dimensão financeira foi um dos pontos centrais da sessão, com o porta-voz a reconhecer que o montante necessário para a reconstrução ultrapassa largamente a capacidade regular

do orçamento do Estado.

Inocêncio Impissa explicou que o Governo já está em contacto com parceiros de cooperação, instituições multilaterais e mecanismos internacionais

de financiamento para garantir que este valor seja mobilizado através de doações, créditos concessionais e parcerias de apoio programático. O propósito é garantir que nenhum sector essencial fique sem intervenção e que as populações afectadas tenham o retorno dos serviços públicos sem atrasos desnecessários.

Ainda no campo financeiro, Impissa abordou as novas propostas de alteração legislativa na área fiscal, que abrangem impostos como IVA, IRPS, IRPC, ISPC e ICE. Estas reformas, de acordo com o porta-voz, são fundamentais para alargar a base tributária, modernizar o sistema fiscal e garantir o aumento das receitas internas, algo essencial para sustentar os programas governamentais, incluindo o processo de reconstrução. Segundo explicou, o país tem assistido a um crescimento acelerado das transacções digitais, com plataformas como M-Pesa, e-Mola e outras carteiras móveis a movimenta-

rem valores superiores aos dos bancos convencionais. Muitas dessas operações ainda não eram abrangidas pelo regime tributário devido à ausência de legislação específica.

Para Impissa, esta realidade tornou urgente a actualização das normas fiscais. O porta-voz afirmou que as transacções electrónicas dominam hoje uma fatia considerável do comércio interno e externo e que, por isso, é necessário que também contribuam para a receita nacional. Com as alterações legislativas propostas, o Governo pretende recuperar a capacidade de taxar operações digitais, criar regras claras para as plataformas electrónicas e garantir maior transparência e controlo sobre movimentações que, até então, escapavam ao escrutínio fiscal. Impissa insistiu que contribuir para o Estado é um dever de todos os cidadãos que participam na economia, e que este alargamento do quadro tributário permitirá reforçar o financiamento dos serviços sociais básicos.

Reafirmam Moçambique e RAS

TRANSFORMAR VIZINHANÇA GEOGRÁFICA EM OPORTUNIDADES DE DESENVOLVIMENTO

**Iremos encontrar soluções sustentáveis para os desafios que enfrentamos**

Moçambique e a África do Sul pretendem alargar sua cooperação, transformando a vizinhança geográfica em oportunidades concretas que impulsionam o crescimento e desenvolvimento mútuo de ambos os países.

Os dois governos esperam ainda ver aprofundadas a revisão e actualização dos instrumentos de cooperação, tornando-os mais modernos e eficazes, fortalecer a segurança fronteiriça e melhorar a coordenação em sectores-chave como defesa, migração, combate ao terrorismo e ao crime transnacional.

A intenção foi manifestada esta terça-feira (03), em Maputo, pelo Presidente da República,

Daniel Chapo, em banquete oferecido ao Presidente da África do Sul, Matamela Cyril Ramaphosa, no âmbito da visita de trabalho de dois dias que este efectua a Moçambique.

Chapo salientou que esta colaboração abrange o aumento do comércio e do investimento, bem como maior mobilidade entre os povos, reforçando a coordenação em energia, transportes, turismo, indústria e outros domínios estratégicos, à luz da realização da Quarta Sessão da Comissão Binacional, na província de Inhambane.

"A sua visita e a realização da Comissão Binacional conferem um novo dinamismo à nossa parceria que auguramos que produza muito mais frutos, com a brevidade necessária", frisou o PR, formulando um convite

ao seu Homólogo para a Inauguração do projecto de Processamento de Hidrocarbonetos, em Inhassoro, na província de Inhambane.

A província de Inhambane acolhe a realização do Fórum Empresarial Moçambique-África do Sul, uma plataforma que visa promover um ambiente de negócios mais dinâmico, competitivo, capaz de acelerar investimentos sustentáveis e produtivos.

O Chefe de Estado reafirmou o compromisso do governo em assegurar que as materializações dos acordos firmados se traduzam em benefícios reais, com destaque para mais empregos, e mais infra-estruturas para a prosperidade das duas nações.

Por seu turno, o Presidente

da República da África do Sul, Cyril Ramaphosa, salientou que a relação entre os dois países deve explorar novas fronteiras no domínio da cooperação, reforçando a criação de mais instalações fabris e a promoção de projectos estruturantes. Manifestou também total disponibilidade em trabalhar com Moçambique no lançamento do novo projecto de processamento de hidrocarbonetos integrados em estreita colaboração com a empresa sul-africana SASOL, que terá lugar na província de Inhambane.

"Observamos um grande potencial em várias áreas, pelo que, queremos aprofundar a nossa cooperação no domínio do sector agrícola, indústria extrativa, energia, transporte, turismo entre outras", apontou.

Moçambique e OIM

REFORÇADA COOPERAÇÃO EM ASSISTENCIA HUMANITÁRIA E APOIO À FORMAÇÃO DA JUVENTUDE



OIM está empenhada em reforçar programas de formação de jovens

O Presidente da República, Daniel Chapo, recebeu esta terça-feira (03) a Directora-Geral da Organização Internacional para as Migrações (OIM), Amy Pope, para discutir o reforço da cooperação e mecanismos estratégicos de assistência humanitária, capacitação da juventude e gestão ordenada da migração.

No encontro, a directora-geral da OIM destacou que uma das maiores preocupa-

ções abordadas diz respeito à situação na zona norte do país, onde persistem deslocações internas motivadas pela violência e pelos impactos negativos das mudanças climáticas. Ela salientou a necessidade de respostas integradas.

Amy Pope sublinhou que a OIM está empenhada em reforçar programas de formação e integração de jovens para os preparar para os desafios do futuro no mercado.

"Discutimos igualmente como a migração pode ser uti-

lizada como parte do planeamento do desenvolvimento do Governo", explicou a líder da OIM, apontando o potencial da mobilidade humana para fortalecer sectores estratégicos.

Reafirmou ainda a continuidade do apoio da organização ao país, destacando a solidez da cooperação existente.

"Oferecemos o nosso apoio, oferecemos a nossa solidariedade e esperamos continuar esta parceria que tem sido muito importante para a Organização Internacional para as

Migrações", afirmou.

O encontro na Presidência da República reforçou a importância da articulação entre o Governo moçambicano e a OIM, uma agência das Nações Unidas que promove uma migração segura, humana e ordenada.

A audiência permitiu consolidar uma visão conjunta sobre desafios humanitários, oportunidades para a juventude e o papel estratégico da migração no desenvolvimento nacional.

Chefe de Estado lança apelo ao Serviço Cívico

CONTRIBUAM PARA O DESENVOLVIMENTO NACIONAL



Honrem a farda e apliquem os conhecimentos adquiridos em benefício do país

Os prestadores do Serviço Cívico recém-graduados em Cabo Delgado são chamados a empregar suas habilidades técnicas em agricultura, pecuária e construção civil, contribuindo assim para os alicerces do desenvolvimento nacional, com ênfase na independência económica e no crescimento sustentável da região.

O desafio foi lançado recentemente pelo Presidente da República, Daniel Chapo, no âmbito do encerramento do 13.º Curso de Instrução Básica de Prestadores do Serviço Cívico de Moçambique, no Centro de Instrução e Formação de Montepuez, na província de

Cabo Delgado.

"O Serviço Cívico está a assumir um papel decisivo na consolidação da independência económica do país, ao formar jovens comprometidos com o desenvolvimento, a coesão social e o civismo", exaltou.

O estadista moçambicano exigiu uma instituição capaz de produzir, inovar, sustentar e que contribua para a economia nacional, acelerando os passos deste processo.

O Presidente Chapo apelou aos jovens para honrarem a farda e aplicarem os conhecimentos adquiridos em benefício do país.

"Moçambique espera de vós garra, determinação, pa-

triotismo elevado, sentido de disciplina e espírito de serviço", afirmou, garantindo confiança no seu potencial. "Moçambique acredita em vós", reforçou.

Daniel Chapo apontou, igualmente, que o executivo pretende transformar o Serviço Cívico de Moçambique numa instituição com capacidade de contribuir para a segurança alimentar das Forças Armadas de Moçambique, através da produção de alimentos locais; criar cadeias produtivas locais com impacto nacional junto das comunidades, promovendo o desenvolvimento económico local; reduzir a dependência financeira do Estado, aumentando a autonomia do Serviço Cívico; e

apoiar projectos de desenvolvimento comunitário, melhorando a qualidade de vida das populações.

"O órgão está a transformar-se num verdadeiro instrumento do desenvolvimento nacional, da coesão social e da independência económica", afirmou, sublinhando que o país e as comunidades contam com o empenho dos novos prestadores.

O Serviço Cívico de Moçambique é um programa que visa a formação de jovens em valores patrióticos, disciplina e competências técnico-profissionais, combinando a formação com atividades produtivas em áreas como agropecuária e construção civil.

No XXXV CC do MINT

PR DEFENDE INVESTIMENTO EM TECNOLOGIA PARA REFORÇAR SEGURANÇA INTERNA



Queremos um Moçambique livre de acidentes nos próximos 50 anos

O Ministério do Interior realizou recentemente, em Maputo, o XXXV Conselho Coordenador, visando debater e articular estratégias mais modernas no combate e prevenção à criminalidade e a sinistralidade rodoviária.

Além disso, a sessão focou na avaliação do desempenho do MINT nos últimos 21 meses (entre Janeiro de 2024 a Setembro de 2025), numa reunião que durou cerca dois dias e contou com a participação do primeiro ministro do Interior ao último titular da pasta.

O Presidente da República,

Daniel Chapo, durante a abertura do evento, exortou o sector do Interior a investir em tecnologia de ponta para responder com eficácia aos desafios que ameaçam a segurança nacional.

Destacou iniciativas como videovigilância urbana, interoperabilidade de bases de dados, identidade digital e sistemas electrónicos de gestão de fronteiras para a modernização da segurança nacional, deixando para trás os métodos manuais.

Salientou ainda de que nada adianta ostentar discursos sofisticados se as acções no terreno não refletem isso, especialmente no combate à

corrupção dentro das FDS.

"Não adianta escrever letras bonitas se, nos bairros, nos postos de atendimento, na via pública e nos postos fronteiriços, continuarmos a alimentar actos ilícitos que nós estamos determinados a erradicar", frisou.

Chapo manifestou grande preocupação com o número de mortes registradas entre 2024 e 2025 devido a acidentes de viação, que superam as mortes causadas pela malária. Só de Janeiro a Maio deste ano, 270 pessoas morreram por malária, enquanto os acidentes de viação mataram cerca de 662 pessoas.

"Isto representa três vezes mais do que a doença. Torna-se urgente que o MINT trabalhe em coordenação com outros sectores, adoptando práticas inovadoras e funcionais de prevenção e resposta aos acidentes de viação, para acabar com as mortes nas nossas estradas", sublinhou.

O Comandante-Chefe das Forças de Defesa e Segurança espera que as próximas 5 décadas sejam anos de esperança, onde os moçambicanos vivam sem medo de malfetores, balas perdidas, e que os acidentes sejam raros no país.

Na Província de Gaza

PROJECTO REGIONAL URBANA BENEFICIA 67 MIL HABITANTES DE CHÓKWÉ



O objectivo é preparar as cidades para os eventos climáticos e proteger a população

O Governo de Moçambique, em parceria com a UN-Habitat, anunciou na terça-feira, 1 de Dezembro, em Maputo, o encerramento do Projecto Construindo Resiliência Climática Urbana no Sudeste da África, em Chókwé, Província de Gaza.

O projecto, financiado com

14 milhões de dólares, envolveu Malawi, Madagáscar e União das Comores. Foram implementadas infra-estruturas urbanas, técnicos capacitados e elaborado um regulamento nacional, com o objectivo de preparar as cidades para eventos climáticos e proteger a população. Disse o Vice-Presidente do Instituto Nacional de Gestão e Redução

do Riscos de Desastres (INGD), Gabriel Belém Monteiro.

"Entre os principais resultados em Chókwé, construímos quatro infra-estruturas essenciais: dois centros de tratamento de resíduos sólidos, um centro de refúgio transitório, a reabilitação da Rádio Khendle-muka e uma nova passagem hidráulica para drenagem da

cidade", afirmou Monteiro.

Segundo o Responsável, estas intervenções beneficiaram cerca de 67 mil habitantes e servem como modelo para outras cidades no país.

"Este projecto marcou um avanço decisivo para que as cidades se tornem mais resilientes e preparadas para os impactos das mudanças cli-



PROPRIEDADE DE:
GABINETE DE INFORMAÇÃO

Maputo, Av. Francisco Orlando Magumbwe,
N.º 780, 1.º andar
email: jornalmocambique@gmail.com

FICHA TÉCNICA:

Registo N.º 1/GABINFO - DEC/2013

Periodicidade: Semanal

Director: Mendes J. Mutenda

Coordenador Editorial: Celeste Manganhela: +258 84 948 4695

Chefe de Repartição de Informação: Pedro Chaguala +258 84 772 7717

Revisor: Isaura Joannis: +258 82 372 8988

Redacção: Daniel Athathe, Neide Nhone, Virgínia Chemane e Vasco Mazive

Maquetização e Fotografia: Januário Magaia, Jone Njanje e Pedro Chaguala



O projecto marcou um avanço decisivo para que as cidades se tornem mais resilientes

COMPROMISSO INSTITUCIONAL GARANTIU SUSTENTABILIDADE

O Presidente do Conselho Municipal de Chókwé, José Vasco Moiane, salientou o papel do Município na implementação do projecto.

"Assumimos desde 2020, o compromisso de materializar acções tangíveis que beneficiem nossas comunidades. Os ganhos incluem manutenção das infra-estruturas, preservação dos conhecimentos adquiridos e garantia da continuidade das intervenções físicas. Este é um percurso que precisa de esforço contínuo", disse.

A construção da passagem hidráulica subterrânea permitiu que a água, que vinha da montanha e desaguava no rio Limpopo, anteriormente estreito, passasse em grandes volumes. Segundo o Edil, o projecto possibilitou a amplia-

ção do lugar, permitindo uma maior vazão de água.

Por sua vez, a Gestora do Projecto UN-Habitat, Shila Morais, afirmou que o projecto regional de resiliência urbana e adaptação às mudanças climáticas, desenvolvido em Moçambique, Maláui, Madagáscar e União das Comores, terminou com resultados positivos.

"Houve uma partilha importante de informação, dados e experiências entre os quatro países, o que permitiu melhorar a resiliência urbana em contextos com desafios semelhantes", declarou.

Em Moçambique, a iniciativa contou com um financiamento de 3 a 4 milhões de dólares, do total de 14 milhões destinados ao projecto. Segundo Morais, a capacitação de técnicos e os diagnósticos

máticas". Explicou.

Monteiro avançou que, a componente de Regulamento de resiliência Urbana estabelece diretrizes legais e técnicas para a adaptação e protecção das cidades. Conforme referiu, o documento será submetido à Assembleia da República.

Em representação do Director Nacional de Ambiente e Mudanças Climáticas, Eduardo Baixo, destacou que os riscos urbanos são agravados pela intensidade e imprevisibilidade dos eventos climáticos.

"Esses impactos afectam sectores como o abastecimento de água, saúde, educação e alimentação. O projecto abordou quatro países da região, nomeadamente, Moçambique, Maláui, Madagáscar e Comores, todos vulneráveis a cheias, secas e ciclones, reforçando a importância de construir cidades resilientes", afirmou.



O Regulamento está em fase final de aprovação

sobre vulnerabilidade climática foram ganhos que fortalecem o país a longo prazo.

A Gestora informou que,

o Regulamento de Resiliência Climática Urbana está em fase final de aprovação, após várias apresentações técnicas.

MEC APOSTA NA REQUALIFICAÇÃO DE 30 INSTITUIÇÕES DO ENSINO TÉCNICO-PROFISSIONAL



A requalificação vai incluir melhorias nas infra-estruturas e aquisição de equipamentos técnicos

O Ministério da Educação anunciou esta segunda-feira (01), que está a avançar com um amplo programa de requalificação de 30 instituições de ensino técnico-profissional em todo o país, no âmbito da reforma do sector.

A informação foi partilhada pelo Secretário de Estado do Ensino Superior, Técnico-Profissional, Leo Jamal, durante o Fórum de Educação com o Sector Produtivo, realizado em Maputo.

Segundo Leo Jamal, o processo será implementado ao longo de 5 anos, com prioridade para 9 instituições cujos cursos estão concluídos. As in-

tervenções começam em 2026, com um investimento de 12 milhões de dólares, financiado pelo Estado e parceiros do projeto PRETEP PLUS, que apoia a Reforma do ensino técnico-profissional e visa modernizar a educação profissional.

A requalificação vai incluir melhorias nas infra-estruturas e aquisição de equipamentos tecnológicos para alinhar a formação com as exigências do mercado de trabalho. O governo continua a mobilizar recursos para incluir mais instituições no plano, disse o governante.

Jamal sublinhou que a requalificação das 30 instituições visa tornar os centros formativos mais modernos, equipados e capazes de garantir uma

formação prática de qualidade, preparando melhor os jovens para oportunidades de emprego ou para a criação do próprio autoemprego.

Declarou, ainda, que o investimento na modernização das instituições é parte essencial da reforma em curso no ensino técnico-profissional, cuja prioridade é melhorar a qualidade da formação, ampliar a oferta e garantir que os jovens adquiram competências alinhadas às exigências do sector produtivo.

"Durante 15 anos de implementação da reforma do ensino técnico-profissional tivemos várias conquistas, incluindo a capacitação de mais de três mil formadores e a inauguração de

novos centros e instituições. Mas persistem desafios, e o maior deles é ampliar a capacidade de oferta para que estas instituições estejam cada vez mais acessíveis à nossa população", afirmou.

A iniciativa surge num contexto em que Moçambique enfrenta altas taxas de crescimento populacional, sobretudo entre os jovens, que todos os anos procuram inserção no mercado de trabalho num ritmo superior à capacidade da economia de gerar novos empregos.

"A formação por si só não cria emprego, mas jovens devidamente preparados têm melhores possibilidades de empregabilidade. É por isso que



O investimento na modernização das instituições é parte essencial da reforma em curso

reforçamos a ligação entre a educação profissional e o sector produtivo", acrescentou Jamal.

Já o Presidente do Conselho de Administração da Autoridade Nacional de Educação Profissional (ANEP), Samuel Samo Gudo, assinalou que o fórum constitui um passo importante para a implementação de medidas que visam ampliar a participação das empresas no mercado de formação, complementando a oferta pública de educação profissional.

Samo Gudo defendeu igualmente que é fundamental que o sector produtivo se envolva de forma mais activa na capacitação dos jovens, através da oferta de cursos de curta e longa duração, bem como da promoção de estágios pré-profissionais nas empresas. Sublinhou ainda a necessidade de identificar cadeias de valor que possam fortalecer a empregabilidade juvenil.

O dirigente ressaltou a importância de incluir o sector industrial entre as áreas prioritárias do encontro. Defendeu que

investir na industrialização é necessário para impulsionar o desenvolvimento do país e, por isso, é essencial garantir a participação dos representantes da indústria no processo.

No que diz respeito às instituições que enfrentam dificuldades

na emissão de certificados, o Presidente do Conselho de Administração da Autoridade Nacional de Educação Profissional (ANEP) referiu que a entidade está a trabalhar para solucionar o problema, através de acções de monitoria e

acompanhamento directo nos estabelecimentos de ensino. Explicou

"Estamos a resolver a questão da certificação de forma muito pragmática. Temos visitado as instituições que apresentam problemas. Então as instituições que tem apresentado dificuldades, deslocamo-nos ao local para identificar e compreender as causas que estão na origem dessas situações." Disse

O Governo pretende ainda recolher propostas do sector privado para ampliar a participação das empresas no processo formativo, desde estágios à certificação de competências e inserção laboral.

O Fórum de Educação Profissional com o Sector Produtivo reuniu representantes do Governo, empresas e instituições de ensino, num debate que reforça a necessidade de colaboração para melhorar a empregabilidade da juventude moçambicana.



É fundamental que o sector produtivo se envolva activamente na capacitação dos jovens

MEC IDENTIFICA IMPLICADOS NA FRAUDE DOS EXAMES DA 9ª CLASSE



A investigação preliminar localizou a origem da violação no distrito de Milange

O Ministério da Educação e Cultura (MEC) anunciou esta terça-feira, 2 de Dezembro, os implicados na fraude que levou ao cancelamento e remarcação dos exames de Língua Inglesa, Química e Física da nona classe, em todo o país. Embora o caso tenha sido identificado no distrito de Milange, província da Zambézia, a decisão abrangeu todo o país.

A informação foi avançada pelo porta-voz do MEC, Silvestre Dava, durante uma conferência de imprensa, realizada em Maputo.

Segundo Dava, a investigação contou com o envolvimento da Direcção Provincial de Educação da Zambézia, da Direcção de Serviços Distritais de Educação, Juventude e Tecnologia de Milange, e do Comando Distrital local. No entanto, o processo ainda está em curso, e o porta-voz afirmou que já foi possível identificar vários implicados, alguns dos quais confessaram.

"Estamos a falar do Director

de Serviços Distritais de Milange, que na altura da ocorrência encontrava-se ausente. Os nossos regulamentos exigem a presença do dirigente máximo para gerir o processo de exames. A ausência deste responsável implica-o na ocorrência registada," declarou Dava, sublinhando que a presença do dirigente poderia ter evitado a fraude.

Outro envolvido é o Director da Escola Básica de Nagor, que, segundo Dava, não criou, localmente, a Comissão de Gestão do Processo de Exames, como recomendado pelo Regulamento. Sendo chefe da comissão ao nível da escola, a sua ausência implicou-o diretamente na fraude.

O Director Pedagógico da mesma escola também foi identificado como infrator confesso, por ter aberto os envelopes dos exames antes da data prevista, violando assim o selo de segurança previsto no regulamento.

Além destes, estão igualmente implicados: um técnico do Serviço Distrital de Educação,

Juventude e Tecnologia, destacado como supervisor residente; dois professores vigilantes, que coordenaram a partilha dos enunciados através de redes sociais, usando o telefone de uma professora; o chefe de repartição de educação geral do distrito, que permitiu que o diretor adjunto pedagógico levantasse sozinho os exames, contrariando as normas estabelecidas.

Segundo o Ministério da Educação e Cultura, as penalizações aplicáveis variam entre advertência, repreensão pública, multa, despromoção, demissão e, nos casos mais graves, expulsão. A instituição destaca que a moldura sancionatória será ajustada individualmente, com especial incidência para a pena de expulsão.

Para MEC, "não há crime perfeito" e sublinha que as ações dos profissionais do sector estão permanentemente sob escrutínio, quer pelas entidades administrativas que supervisionam o processo educativo, quer pela própria população, que frequen-

temente apresenta denúncias sobre irregularidades. O Director Pedagógico e o Adjunto Pedagógico da Escola Básica de Nagor encontram-se detidos e aguardam pelos trâmites legais.

De acordo com o Ministério da Educação e Cultura, os implicados violaram diversos instrumentos que regulam o processo de exames, incluindo o Estatuto Geral dos Funcionários e Agentes do Estado.

Como forma de prevenir novas ocorrências, o Ministério destaca a introdução do sistema de codificação dos exames, uma das medidas implementadas para reforçar a segurança e transparência. Sempre que surgem situações irregulares, a instituição afirma atuar de forma célere para esclarecer os factos, tal como aconteceu no presente caso.

Silvestre Dava reiterou que o MEC continuará a apurar responsabilidades e a reforçar os mecanismos de controlo para garantir a integridade do processo de exames no país.

CNCS REVELA QUE RAPARIGAS REPRESENTAM A MAIORIA DOS ADOLESCENTES COM HIV EM MOÇAMBIQUE



O Governo reforçou abordagens comunitárias e garantiu o acesso ao TARV

A Presidente do Conselho Nacional de Combate ao SIDA (CNCS), Maria Benavinda Levi, anunciou na Segunda-feira (01), em Maputo, nas celebrações do Dia Mundial da Luta Contra a SIDA, que 3 em cada 5 adolescentes com HIV em Moçambique são raparigas. Em 2024, o país registou 92 mil novas infeções, com 34 mil ocorrendo em jovens de 15 a 24 anos, evidenciando a vulnerabilidade femi-

nina nessa faixa etária.

"Para cada nova infeção em rapazes adolescentes e homens jovens de 15-24 anos, houve três novas infeções em raparigas adolescentes e mulheres jovens da mesma faixa etária", referiu.

A Governante destacou que os números são uma chamada de atenção para a magnitude do desafio que o país enfrenta e reforçam a urgência de continuar focados na implementação de acções para fazer face à

epidemia do HIV/SIDA

"As estimativas nacionais e dados da ONUSIDA referentes a 2024 indicam que 2,5 milhões de moçambicanos vivem com HIV. Lamentavelmente, registaram-se 44 mil mortes relacionadas ao HIV/SIDA no mesmo ano, das quais 10 mil em crianças de 0 a 14 anos", disse a responsável.

No âmbito da prevenção e combate ao HIV/SIDA, a Presidente destacou que o Governo reforçou abordagens comu-

nitárias e garantiu o acesso ao Tratamento Antirretroviral (TARV) com dispensa trimestral e semestral.

"Estas acções que temos implementado permitiram-nos, até Setembro de 2025, os seguintes resultados: 87 por cento das pessoas com HIV conhecem o seu estado serológico, 95 por cento estão em tratamento e têm a carga viral suprimida", afirmou, realçando que o Governo continuará focado na adopção e implementação de acções transversais e multi-sectoriais de forma coordenada, com maior envolvimento dos sectores da saúde, educação, género e juventude.

Prosseguiu: "No que concerne ao reforço dos cuidados e tratamento, prosseguiremos com a implementação de acções visando garantir, entre outras, que todas as pessoas vivendo com HIV tenham acesso ao tratamento anti-retroviral, expansão dos modelos diferenciados, incluindo entrega de anti-retrovirais a nível comunitário e dispensa para 3, 6 e 12 meses, assim como a redução das barreiras de estigma e discriminação".

FALTA DE FINANCIAMENTO SUSTENTÁVEL AMEAÇA CONQUISTAS DE MOÇAMBIQUE NO COMBATE AO HIV

Júlio Mujojo, representante das pessoas vivendo com HIV, lançou um alerta firme durante a cerimónia do Dia Mundial de Luta contra o HIV, afirmando que Moçambique enfrenta o risco de perder progressos alcançados ao

longo de décadas caso não seja assegurado um financiamento sustentável para a resposta nacional. Destacou que a crise global de recursos, aliada à redução do apoio internacional, ameaça a continuidade dos programas que

mantêm milhares de pessoas em tratamento. "Se o HIV avançar, a força produtiva do país fica comprometida. Sem tratamento, as pessoas adoecem, perdem rendimento e deixam o mercado de trabalho, com impacto directo na

economia", afirmou.

Apesar de reconhecer avanços importantes, com a cobertura de tratamento a atingir cerca de 83 por cento, Mujojo sublinhou que persistem desafios significativos, especialmen-

te entre adolescentes e jovens, ainda expostos ao início precoce da actividade sexual, à falta de informação sobre saúde sexual e reprodutiva e às desigualdades económicas que aumentam a vulnerabilidade. Acrescentou que o estigma e a discriminação continuam a afastar muitos cidadãos dos serviços de saúde, limitando o diagnóstico e o acesso ao tratamento.

Mujojo destacou que estudos mostram que investimentos adequados na resposta ao HIV geram benefícios sociais e económicos, prevenindo mortes e reduzindo o número de órfãos. Porém, advertiu que os cortes no apoio internacional colocam em risco a sustentabilidade dos ganhos. Em nome da sociedade

civil, apresentou cinco prioridades urgentes, convista a garantir financiamento contínuo envolvendo Estado e sector privado, reforçar a prevenção combinada focada na juventude, consolidar serviços centrados na pessoa, envolver o sector privado na saúde dos trabalhadores, e fortalecer organizações comunitárias, consideradas a linha da frente na ligação com as comunidades.

Concluiu apelando à união e compromisso colectivo para proteger as conquistas alcançadas. "Proteger a resposta ao HIV é proteger o desenvolvimento do país", afirmou, defendendo que Moçambique tem capacidade para avançar rumo a um futuro mais saudável e justo.



Apelamos a protecção das conquistas alcançadas

TRATAMENTO ANTI-RETROVIRAL ATINGE 82 POR CENTO EM 2025



55 por cento das crianças de 01 à 4 anos (97.399) estão em tratamento

A Presidente do Gabinete Parlamentar de Prevenção e Combate ao HIV e SIDA, Zainaba Rajabo Burange Andala, afirmou recentemente, que Moçambique regista progressos na resposta contra a pandemia, mas os desafios para a erradicação da doença persistem.

Zainaba Andala, discursando na Assembleia da República, disse que a cobertura do Tratamento Anti-retroviral para as pessoas com HIV/SIDA até junho de 2025 foi de 82 por cen-

to correspondendo a 2.045.285 pessoas. Acrescentou que, por grupos etários, 55 por cento das crianças de 0-14 anos (97.399) estão em tratamento, 73 por cento dos adolescentes de 15-19 anos (116.645) e 85 por cento dos adultos (1.947.886).

O Gabinete Parlamentar de Prevenção e Combate ao HIV e SIDA destacou que, apesar destes números, a resposta à pandemia registou progressos importantes nos últimos anos, com redução

notável da mortalidade relacionada com a doença, incidência de novas infecções e transmissão vertical de mãe para filho.

Ademais, Zainaba Andala afirmou que a sustentabilidade destes avanços é um grande desafio, devido a desigualdades regionais, barreiras no acesso à saúde para populações vulneráveis e dependência de financiamento externo.

"Embora o país tenha registado avanços nos últimos anos, persistem desafios para o controlo da epidemia do HIV, o que mostra a necessidade de esforços conjuntos, concertados e o envolvimento de todos os actores para melhorar o desempenho da resposta nacional rumo ao alcance das metas do Plano Estratégico Nacional", disse Andala, acrescentando que as acções realizadas de Maio a Novembro de 2025 incluem a fiscalização das actividades realizadas pelas instituições públicas, privadas e demais órgãos, bem como visitas às unidades sanitárias, estabele-

cimentos penitenciários, empresas e associações.

A Presidente apontou a pobreza, baixa renda, limitações de oportunidades de emprego, desigualdades de género, violência baseada no género e baixo nível de escolaridade como factores que influenciam negativamente o combate ao HIV/SIDA.

"O Gabinete se propõe a trabalhar com diferentes parceiros de resposta ao HIV e SIDA, tendo como base a componente de género e dos direitos humanos para a salvaguarda da componente de direitos sexuais e reprodutivos, estigma e discriminação, bem como fiscalizar as actividades de resposta a esta pandemia ao nível central, provincial e distrital". Afirmou, rogando o fortalecimento de mecanismos de coordenação e de planificação multisectorial para facilitar a busca e gestão de recursos no combate e na promoção de palestras de saúde a nível do parlamento e maior sensibilização para a adesão de todos os moçambicanos.

VIBRAÇÃO DO QUADRIL FEMININO QUE FAZ O XINTALE



A dança não obedece a prescrições ritualísticas

Sem obedecer a regras ou prescrições ritualísticas, um grupo de mamas se posiciona lado a lado, de frente para o centro. Inclina os quadris, acompanhando a pulsação dos batuques e tambores, e executa um movimento peculiar com ênfase na cintura que dá a força motriz ao Xintale, uma dança tradicional.

Com movimentos menos bruscos nos glúteos, trajando capulanas comuns, o conjunto de mamas transforma o

Xintale em agente recreativo de eventos comemorativos, como casamentos e aniversários, bem como em épocas de campanha eleitoral.

Originária do distrito de Angónia, na província de Tete, no centro do país, o Xintale é uma dança praticada essencialmente por mulheres e raparigas. Está livre de preceitos como ritos de iniciação, e sua prática é aberta a qualquer rapariga ou rapaz que queira experimentar a emoção.

Perpétua Avelino, repre-

sentante do grupo, explica que as bailarinas aprendem desde a tenra idade a executar a sequência dos movimentos corporais e a interpretar o padrão rítmico do Xintale.

Reiterou que em ocasiões mais específicas, os homens só podem participar do grupo como percussionistas ou para orientar as mulheres.

"Do mesmo jeito que as dançarinas aprenderam na infância com os países, elas estão ensinando as outras crianças. Além disso, já temos uma criança que

sabe tocar o Batuque e dançar. A diferença existe na maneira de tocar o instrumento e de dançar", apontou.

"Se um homem se interessar por Xintale, pode fazer parte da dança sem preconceito, assim como ser responsável por acompanhar o grupo e como o chefe delas durante as atuações", acrescentou.

Além de Angónia, a dança é praticada em Monequera e Ziminyama, localidades da mesma província.

TRAÇOS FEMININOS EXPOSTOS EM GALERIA

Moisés Sansolé, artista plástico na província de Nampula, com 22 anos de carreira, usa sua genialidade para retratar em quadros decorativos o valor que a missanga desempenha na ornamentação dos traços femininos da mulher moçambicana.

Cada pintura explora o quotidiano da mulher destacando a sua capacidade de liderança, sabedoria, autoconfiança, independência, integridade e capacidade de nutrição.

As pinturas carregam ainda uma mensagem profunda, que reflete sobre a maturidade e a sexualidade de uma mulher sem

tabus.

"Tenho quadros daquela mulher que aparece seminua e com missanga na cintura e pulsos. A ideia por detrás desta pintura é exaltar a cultura da missanga. Missangas são praticamente uma luz. As mulheres quando usam estes acessórios como parte da tradicional do norte do país", afirmou.

Revelou que as obras têm sido bastante aclamadas pelos homens, e que as pinturas registam maior demanda entre os moçambicanos.



WORKSHOP DO GOVERNO IMPULSIONA NOVA ERA DE GESTÃO E SEGURANÇA DE DADOS PÚBLICOS



O exercício em curso permitirá criar uma base nacional sólida e fiável das necessidades de hospedagem

O Instituto Nacional do Governo Electrónico (INAGE) realizou esta terça-feira (02) um workshop estratégico dedicado ao levantamento das necessidades de hospedagem de dados das instituições públicas, visando capacitar os pontos focais das instituições do Governo e estimar as necessidades actuais e futuras dos indicadores.

A iniciativa, segundo o Director-geral Sérgio Mapsangane, representa um passo decisivo para preparar o Estado para os próximos 5, 10 e 15 anos no domínio da transformação di-

gital, segurança da informação e modernização administrativa.

O encontro reuniu pontos focais de vários sectores para analisar, pela primeira vez e sistematicamente, a quantidade de dados que o Governo produz, onde estão armazenados, quem tem acesso a eles e quais são as capacidades reais e futuras das infra-estruturas disponíveis. Mapsangane destacou que todas as instituições geram grandes volumes de informação diariamente e que a ausência de um retrato claro sobre armazenamento e necessidades impede o planeamento eficiente de investimentos em

servidores, equipamentos e sistemas de protecção.

O Director-geral explicou que o exercício em curso permitirá criar uma base nacional sólida e fiável das necessidades de hospedagem, identificar lacunas por sector e província, projectar custos, preparar cenários futuros e orientar a mobilização de parceiros, incluindo o Banco Mundial, que acompanha esta fase técnica. Destacou que guardar dados é um imperativo, mas envolve custos significativos, por isso, o Governo precisa de planejar com precisão para garantir a sua segurança, acessibilidade e longevidade.

Na abertura do workshop, Sérgio Mapsangane abordou igualmente a crescente ameaça de ataques cibernéticos e fraudes digitais, como o phishing, lembrando que o INGE coordena o CI-CERT da administração pública e trabalha na prevenção e resposta a incidentes, promovendo a sensibilização dos utilizadores para boas práticas de segurança. Enfatizou que a transformação digital vai muito além da tecnologia, abrangendo também iniciativas como a expansão dos serviços públicos digitais, a implementação de assinaturas electrónicas seguras, a criação de centros de produtos digitais em todos os distritos e a adopção de sistemas interoperáveis que aproximam o Estado do cidadão. Acrescentou que o objetivo é garantir que qualquer pessoa, independentemente da sua localização, possa aceder aos serviços essenciais sem percorrer longas distâncias.

Mapsangane reforçou que o levantamento das necessidades de hospedagem de dados não começou hoje, mas esta etapa é determinante para consolidar as informações recolhidas, prevendo-se que até ao final do primeiro trimestre do próximo ano a matriz esteja concluída. Ao declarar oficialmente aberto o workshop, o Director-geral apelou ao envolvimento activo de todos os técnicos presentes, recordando que se trata de um exercício estratégico, coletivo e fundamental para o futuro do Estado e da governação digital em Moçambique.